

AS EXPERIÊNCIAS DE REGIONALIZAÇÃO NO BRASIL (II)

META

Explicar como ocorreu todo o processo evolutivo das experiências de regionalização em território brasileiro e suas respectivas consequências na contemporaneidade.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

comparar as diversas experiências com o que está estabelecido em sua realidade local, tanto no âmbito estadual como no municipal.

PRÉ-REQUISITO

Os conteúdos das aulas anteriores, principalmente aqueles que tratam do processo evolutivo do conceito de região.



A região da Amazônia ficou por muito tempo de lado no contexto das regiões brasileiras. Os colonizadores não se interessaram muito por ela por não verem grandes recursos naturais e pela grande distância da Europa, sendo, ainda hoje, a região menos povoada do país.

(Fontes: <http://www.uni-tuebingen.de>)

INTRODUÇÃO

Caro(a) leitor(a),

A esta altura do nosso trabalho e da estruturação desta coletânea de ideias e textos, já podemos entender a importância dada pela Geografia à temática “região”, desde a sua origem, como uma simples disciplina nas universidades, até a contemporaneidade, como ciência social e humana.

Todos nós já podemos entender o novo contexto em que se situam a economia e a sociedade brasileiras, que começa a redefinir sua estrutura econômica. Assim, as relações de trabalho e as formas de inserção do país no contexto internacional devem constituir-se um ponto de partida condicionante, significativo para uma nova política de desenvolvimento regional.

Tal contexto, entre outros aspectos, está marcado pela transição para um novo paradigma produtivo e tecnológico mundialmente, que introduz novos fatores de competitividade e, do mesmo modo, internacional e nacionalmente, define novos condicionantes de localização das atividades produtivas, muito diferentes dos tradicionalmente considerados. Isso nos conduz seguramente a repensar as políticas e os instrumentos de política econômica adotados até o presente no tratamento da questão regional.

Ao lado disso, é importante levar em conta que as transformações pelas quais passaram as economias regionais brasileiras, nas últimas décadas, deixaram marcas profundas nas regiões anteriormente consideradas e redefiniram uma nova configuração regional que necessita ser enfatizada nas discussões sobre as políticas de desenvolvimento regional. O Nordeste dos anos 1990 não é mais o mesmo do final dos anos 1950, quando foram definidas as linhas básicas da política de desenvolvimento coordenada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O mesmo pode ser dito da Amazônia e do Centro-Oeste.

As formas de intervenção do Estado Brasileiro, através dos estímulos fiscais e financeiros, do investimento estatal e da implantação de infraestrutura econômica, articularam e desarticularam espaços no interior de cada região, dando lugar a novas formas de integração e à nova divisão espacial do país que não pode mais ser ignorada nos dias atuais, quando se pretende rever as formas tradicionais de atuação do setor público na economia.

As novas dinâmicas espaciais que surgiram das mudanças verificadas nas regiões brasileiras nas últimas décadas fizeram surgir, ao lado de áreas de modernização dotadas de dinamismo – e seguramente competitivas quando se considera um contexto extremamente competitivo e globalizado -, áreas e sub-regiões não-competitivas, tradicionais e mesmo estagnadas. Embora essas áreas sejam dotadas de potencialidades, podem ser marginalizadas nas novas formas de inserção do país no contexto internacional, inclusive a partir dos acordos que integram o Mercosul e do propósito manifesto

do governo brasileiro de uma sistemática abertura da economia em curto e médio prazos, se não houver atenção específica para seu tratamento

Portanto, convém lembrar que, além das questões levantadas quando da análise do novo contexto vivido pela economia e pela sociedade brasileira, deve-se ressaltar, quando se pensa nas bases para uma nova política regional, a herança extremamente heterogênea que caracteriza a realidade espacial do país. Realidade demarcada por regiões e sub-regiões desenvolvidas e industrializadas, com renda por habitante superior à de países industrializados, ao lado de regiões e sub-regiões atrasadas, convivendo com proporções de pobreza e miséria próximas às dos países de maior grau de subdesenvolvimento e atraso econômico e social.

O que deve estar claro para todos nós é que a política de desenvolvimento regional precisa ter entre seus objetivos fundamentais a redução sistemática das desigualdades regionais que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais relativas não só aos níveis de vida das populações que residem em distintas partes do território nacional, mas também às diferentes oportunidades de emprego produtivo, a partir do qual a força de trabalho regional tenha garantida a sua subsistência.

Assim, quando comparamos as divisões regionais criadas para o território brasileiro em períodos distintos historicamente, percebemos a existência de preocupações relacionadas às desigualdades regionais, no âmbito econômico e também social, e de sua respectiva redução. A divisão regional ainda em voga pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) serve de base para a ação das políticas públicas do Estado Brasileiro, nas intenções dos seus governos. A divisão mais recente é denominada geoeconômica e está em sintonia total com os propósitos da Nova Divisão Internacional do Trabalho e com as exigências de um mundo globalizado. Neste caso, tomaremos como base para nossas análises as ideias de J. William Vesentini em seus diversos trabalhos que tratam desta questão na atualidade.



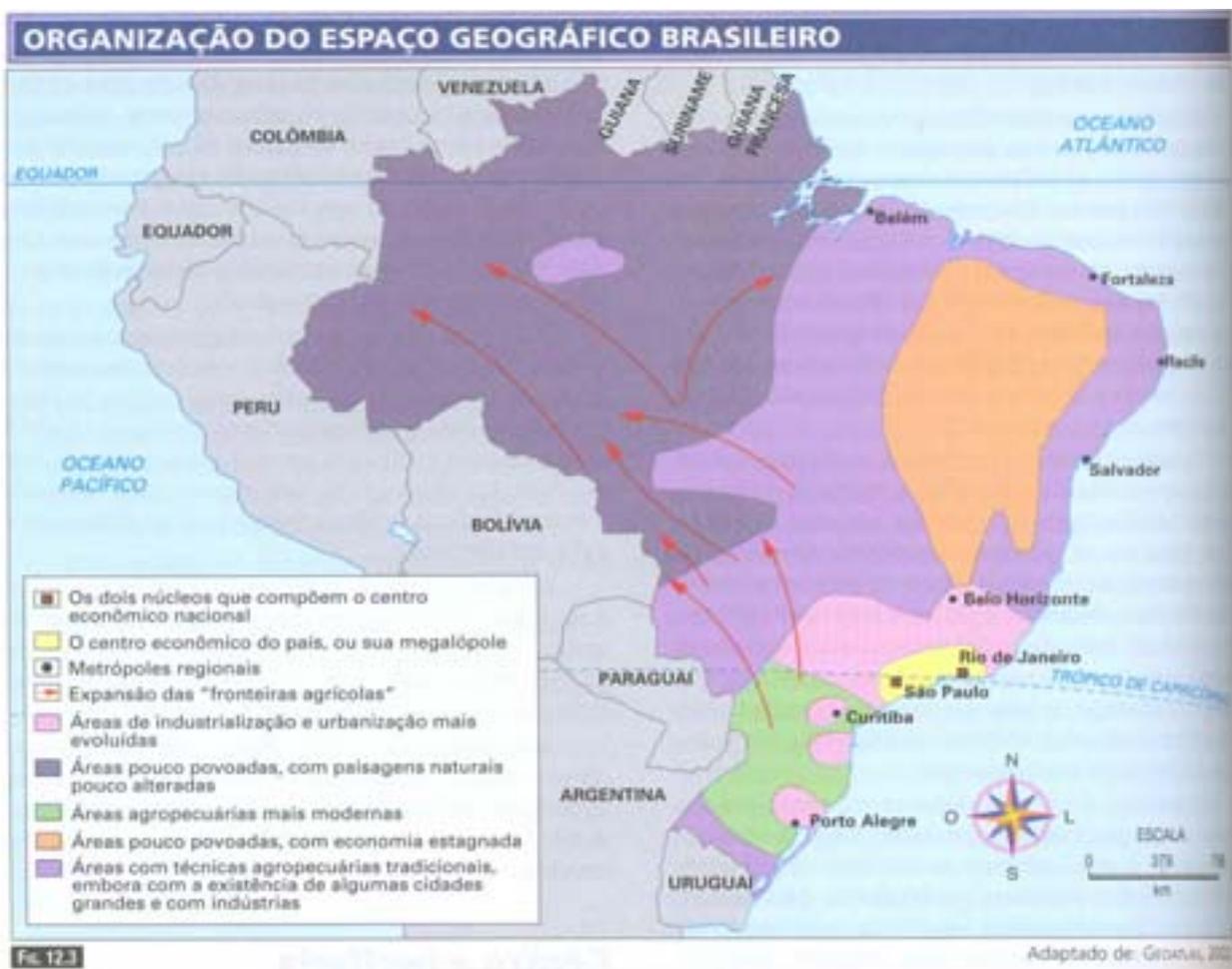
BRASIL – Divisão Regional Segundo o IBGE (VESENTINI, Geografia Crítica, Vol. 2 – pág. 122)

DICISÕES REGIONAIS DO BRASIL (II)

Para cumprir nossa meta para esta aula, que é apresentar o processo evolutivo das experiências de regionalização em território brasileiro e suas respectivas consequências na contemporaneidade, vamos tomar como base as idéias de Vesentini (2003) sobre a organização espacial do território brasileiro.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Após a Segunda Guerra Mundial, quando a atividade industrial se afirmou como setor de comando da economia brasileira, o espaço geográfico do país foi se organizando de forma diferente.



ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO (VESENTINI, Sociedade e Espaço – Geografia Geral e do Brasil, pág. 188)

Quando a economia era baseada fundamentalmente nas atividades primárias, normalmente voltadas para a exportação, não havia ainda espaço nacional, uma integração entre todas as áreas que compõem o país. Existiam

diversas áreas, cada uma relativamente isolada das outras e fundamentada na agricultura, na pecuária ou na mineração.

As áreas mais ricas e mais povoadas eram aquelas que tinham seus produtos valorizados no mercado externo (Europa ou Estados Unidos), como a Zona da Mata Nordestina (açúcar), o litoral do Maranhão (algodão), algumas zonas mineiras no centro do país (ouro e diamantes), bem como o Vale do Paraíba e parte do Estado de São Paulo (café). As redes de transportes orientavam-se primordialmente para ligar essas áreas de produção ao litoral, aos portos exportadores, e não para interligá-las ou ligá-las ao interior.

Cada uma dessas áreas conheceu um período de apogeu de seu principal produto econômico no mercado externo. Assim, a Zona da Mata Nordestina teve o seu progresso máximo nos séculos XVI e XVII, embora continue a produzir e a exportar açúcar até hoje. No século XVIII, viveram seu auge as áreas mineiras de Goiás e Minas Gerais, que se estagnaram após esse período.

Foi nesse mesmo século que o Maranhão conheceu o seu esplendor econômico graças às exportações de algodão, decaindo posteriormente pela diminuição da procura desse produto, em virtude da concorrência de outros países e pelo esgotamento dos solos. A fase áurea do Vale do Paraíba, de onde se originaram vários presidentes da República, durou de 1860 a 1930. Depois dessa época, a região entrou em declínio, já que seus solos foram se esgotando e o café se expandiu para o oeste paulista e o norte do Paraná.

CENTRO E PERIFERIA

Havia também outras regiões produtoras de alimentos e criadoras de gado, mas serviam apenas para complementar as áreas exportadoras. Dessa forma, existiam vários bolsões ou áreas isoladas, porém, não havia de fato um espaço nacional, um espaço geográfico integrado.

Com o advento da industrialização, começa a ocorrer uma integração do território, a criação de um espaço nacional. A nova forma de organização do espaço orienta-se por um esquema centro-periferia: o centro econômico do Brasil, bastante urbanizado e industrializado, as duas principais metrópoles nacionais, e pelas cidades vizinhas a estas metrópoles (Campinas, Cidades do ABC paulista, Baixada Santista, Volta Redonda, Baixada Fluminense etc.). Essa área superurbanizada forma a megalópole nacional.

Metrópoles Nacionais: o nome metrópole é aplicado às grandes cidades que possuem equipamentos urbanos (indústrias, comércio, universidades e centros culturais, rede bancária etc.) bastante desenvolvidos. No caso de São Paulo e do Rio de Janeiro, elas exercem influência (polarização) sobre o território nacional e são as cidades que comandam a vida econômica do país.

O restante do país é constituído pelas várias periferias, algumas mais industrializadas e a grande maioria com economia baseada na agropecuária ou na mineração. As periferias recebem do centro produtos industrializados e fornecem a ele mão de obra e matérias-primas. As áreas periféricas apresentam características diversas. As mais distantes são polarizadas, isto é, atraídas, influenciadas pelas metrópoles regionais, que são: Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Fortaleza. Existem também, para completar essa hierarquia urbana, as capitais regionais, os centros regionais e as cidades locais ou pequenas cidades que exercem influência apenas nas áreas rurais de sua vizinhança e possuem escasso equipamento urbano (escolas, cinemas, hospitais, bancos etc.).

Como podemos perceber, o país reproduz internamente o tipo de organização do espaço que caracteriza o capitalismo mundial, em que existem o centro (países desenvolvidos e industrializados) e a periferia (países subdesenvolvidos).

Devemos entender que o centro econômico nacional, quando considerado sob um ângulo internacional, na realidade é uma parte da periferia do sistema capitalista como um todo, cujas metrópoles mundiais são Nova York, Tóquio, Londres, Berlim, Paris, entre outras. Nesse tipo de organização espacial há o centro econômico e as periferias, e um sistema integrado de cidades (das metrópoles nacionais até as cidades locais). Essa organização deve ser vista como uma tendência, como algo que está constituindo e que representa provavelmente o futuro, mas que ainda não configura uma realidade completa. Isso porque existem ainda áreas quase despovoadas e que começam agora a ser incorporadas à economia nacional.

Esse é o caso de Mato Grosso e de Tocantins, do sul do Pará e do Amazonas, do Acre e de Rondônia. Nessas áreas expandem-se atualmente as fronteiras agrícolas do país, com a derrubada da mata, a exploração da madeira ou a introdução de pastagens para a pecuária extensiva. Além disso, existem áreas que funcionam no esquema anterior (como bolsões ou áreas mais ou menos isoladas), voltadas exclusivamente para o exterior e não para o centro econômico do país. Como exemplo disso, temos o Estado do Amapá, cuja economia se baseia na exportação do manganês para os Estados Unidos e que mantém pouquíssimas relações econômicas com o restante do país.

a) Metrópoles regionais – nome que se dá às cidades que exercem polarização em uma extensa região como Recife, Belo Horizonte, Belém, Porto Alegre, Fortaleza, Curitiba e Salvador. Todavia, elas são polarizadas pelas metrópoles nacionais. b) Capitais regionais – cidades que polarizam uma área menor ou menos importante (em termos de população) que as metrópoles regionais. Exemplos: Campinas (SP), Cuiabá (MT), Campo Grande (MS), Londrina (PR),

Manaus (AM), Goiânia (GO) Caxias do Sul (RS) e Ribeirão Preto (SP). As capitais regionais são polarizadas pelas metrópoles regionais e nacionais. Elas ocupam uma posição hierárquica intermediária entre as metrópoles regionais e os centros regionais. c) Centros Regionais – cidades polarizadas pelas capitais regionais e que polarizam uma grande quantidade de cidades locais. Elas exercem influência sobre uma parcela do espaço que é comandado pelas capitais regionais. Exemplos: Jales (SP), Vacaria (RS), Andradina (SP), Anápolis (GO), São João da Barra (RJ), Formiga (MG), Rolândia (PR) etc. d) Cidades locais – pequenas cidades que exercem influência numa área reduzida, onde predominam padrões rurais ou semi-urbanas de moradias (vilas, povoados, aglomerações). O critério para classificar uma cidade como pequena não é rígido, pois varia conforme a região. Assim, uma pequena cidade na Amazônia poderia ser considerada em São Paulo apenas um povoado. E pequenas cidades de São Paulo poderiam até ser centros regionais se estivessem localizadas na Amazônia.

FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL E REGIONALIZAÇÃO

Nossa análise continua centrada nas propostas de Vesentini (2003) e nesse ponto gostaríamos de chamar a sua atenção, caro(a) aluno(a), para o fato de que a regionalização de um espaço, como vimos até então, resulta da evolução histórica nele ocorrida. O caso do Brasil não foge a essa regra. O território nacional é fruto da conquista de terras que pertenceram a sociedades indígenas e, em alguns poucos casos, a outras colônias ou países sul-americanos. Foi colônia de Portugal até 1822 e está dividido em três grandes regiões: Nordeste, Centro-Sul e Amazônia. São três regiões geoeconômicas, ou complexos regionais, que refletem as diferentes formas de ocupação humana ao longo do tempo histórico.



ATENÇÃO: Incluir o mapa BRASIL – Divisão Regional (VESENTINI, Sociedade e Espaço – Geografia Geral e do Brasil, pág. 191)

a) NORDESTE

Representa a região de ocupação mais antiga do Brasil, onde até hoje podemos encontrar inúmeras marcas da colonização. Durante cerca de três séculos, essa foi a região mais rica e povoada do país.

A principal riqueza econômica do Brasil colônia foi a cana-de-açúcar. Ela adaptou-se muito bem aos solos nordestinos relativamente próximos ao litoral. A cultura da cana-de-açúcar, que se desenvolveu com a utilização de mão de obra escrava, deixou marcas na região que perduram até hoje: a presença da agroindústria açucareira e a forte influência negro-africana na população regional.

Essa região é a principal área de refluxo (saída) de pessoas nas migrações internas do país, pois desde o século passado vem fornecendo migrantes para o restante do Brasil. No século XVIII, mais da metade da população nacional se concentrava nela, porém, na atualidade, apenas 28% do efetivo demográfico do Brasil encontra-se nessa região.

b) CENTRO-SUL

É a região mais industrializada, povoada e urbanizada do país. Nela encontram-se São Paulo e Rio de Janeiro, as duas metrópoles nacionais, cada uma com mais de 10 milhões de habitantes. Nesta região estão também outras grandes cidades, com efetivos demográficos que atingem a casa dos milhões e que continuam crescendo de forma significativa a cada ano. É o caso de Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Brasília e Campinas.

É nesta região que está a única megalópole brasileira ou centro econômico e financeiro do Brasil. Esse centro econômico inclui a Grande São Paulo e o Grande Rio de Janeiro, além de outras importantes áreas industrializadas, como a Grande Belo Horizonte e a Grande Porto Alegre. Cerca de dois terços da população brasileira encontra-se nessa região.

c) AMAZÔNIA;

É a maior das três regiões geoeconômicas do país. Nos dias de hoje, essa região caracteriza-se por ser uma área que passa permanentemente por grandes transformações. É a região menos povoada do país. A maior parte dos movimentos migratórios dos últimos anos dirige-se a ela, o que provoca o surgimento de grandes cidades com nível de carência infraestruturais gigantescas, como é o caso de Altamira (PA).

A primeira natureza, constituída pela forte presença da Grande Floresta Equatorial Amazônica, com seus imensos lagos e rios, vem sendo progressivamente substituída por paisagens humanizadas, resultante de um desmatamento irracional. As lutas pela posse da terra, envolvendo posseiros, indígenas, grileiros, empresários e até o Estado, são constantes nessa imensa região. As pessoas e empresas que exploram as riquezas minerais e vegetais (madeira) visam apenas ao lucro imediato. Não mostram nenhuma preocupação com o futuro desses recursos nem com a preservação do meio ambiente.

CONCLUSÃO

Apesar de diferentes, essas três regiões são integradas, formando um único conjunto, que é o território nacional. Suas características específicas resultaram de um processo histórico em que se destacaram tanto os fatores internos quanto os externos. Os fatores externos, que tiveram um peso maior na fase inicial da colonização, continuam ainda a exercer influências no destino dessas regiões. Mas a partir da independência e, em especial, da industrialização do país, os fatores internos (interesses de classes, de grupos sociais e do governo) passaram a desempenhar um papel decisivo na ocupação do território nacional.

RESUMO

Durante muito tempo, a Amazônia foi deixada de lado no contexto geral das regiões brasileiras. Os colonizadores interessaram-se pouco por ela, pois não encontraram nessa região grandes riquezas naturais. Sua posição geográfica, mais distante da Europa, também foi um fator responsável pelo seu relativo isolamento durante os primeiros séculos de influência colonizadora. A grande presença de indígenas na região é uma prova do desinteresse dos europeus por essa área. O Nordeste, mais próximo da Europa e com bons solos para a cultura de produtos tropicais muito valorizados no mercado internacional (cana-de-açúcar e algodão), foi a primeira região a ser intensamente povoada e explorada economicamente. O Centro-Sul passou a ser explorado economicamente depois da independência, com o cultivo do café, a industrialização e a migração. Esses fatos acabaram transformando essa região na “região moderna”, pois foi nessa área que se concentrou a produção industrial, especialmente dos setores avançados. Mas é aí também que se concentram grandes problemas sociais: em suas metrópoles, enormes contingentes populacionais moram em barracos insalubres, a poluição do ar atinge níveis críticos, as deficiências dos transportes públicos e o congestionamento no trânsito trazem muitas dificuldades de deslocamento.



ATIVIDADES

Aproveite a internet para saber mais sobre o Brasil. Consulte os seguintes sites: www.ibge.gov.br (site do IBGE onde há dados, mapas e textos sobre a Geografia do Brasil); www.ibama.gov.br (site do Instituto Brasileiro para o Meio Ambiente – Ibama); www.rau.edu.uy/mercosur (site do Mercosul).



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Durante muito tempo, houve no Brasil apenas polarizações regionais frequentemente ligadas com mais força a metrópoles estrangeiras do que ao conjunto do país. Isso mudou radicalmente. Nas últimas décadas, as redes de transportes, informações e comunicações, a integração bancária e as novas tecnologias agrícolas tornaram economicamente viável o acesso a um território muito maior, possibilitando o aproveitamento de enormes extensões territoriais antes marginais. Onde havia um grande país virtual está surgindo um país efetivo.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, daremos continuidade a este conteúdo tratando das experiências regionais aplicadas ao Estado de Sergipe.



AUTOAVALIAÇÃO

Será que o que estudei até então está facilitando o meu processo de aprendizagem? Será que este conteúdo foi assimilado com sua respectiva complexidade? Estou conseguindo entender o que está posto nesta aula? Caso não esteja entendendo o conteúdo trabalhado, o que devo fazer, como proceder?

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**, 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 1989.
- BEZZI, Meri Lourdes. **REGIÃO; Uma (Re)visão Historiográfica – da Gênese aos Novos Paradigmas**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- GUIMARÃES, F. de M. S. **Divisão regional do Brasil**, in **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Vol. 3, Número 2, p. 318-371, abril-junho, 1941.
- GUIMARÃES, L. e GALINDO, O., et alii. **O Desenvolvimento Desigual da Economia no Espaço Territorial Brasileiro: décadas de 1970 e 1980**. Rio de Janeiro: FUNDAI/INPSO (Relatório de Pesquisa), 1990.
- VESENTINI, J. William. **Sociedade & Espaço - Geografia Geral e do Brasil**, 43ª. Edição. São Paulo: Ática, 2003.